

28.junho.2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física – CNAPEF e Sociedade Portuguesa de Educação Física-SPEF**
João Lourenço (Presidente da Direção), Zélia Nunes (Vice-Presidente da Direção) e Nuno Fialho (Vogal da Direção).
- Recebido por:** Deputados do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário: Maria José Castelo Branco (PSD, coordenadora do grupo de trabalho), Paulo Cavaleiro (PSD, em substituição da deputada Maria Ester Vargas), Carlos Enes (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Ana Drago (BE).
- Assunto:** Alteração curricular na área da disciplina de Educação Física e do desporto escolar.

Exposição: A deputada Maria José Castelo Branco deu as boas vindas aos docentes e referiu que é essencial ouvir o contributo dos agentes que estão no terreno.

O Presidente do CNAPEF fez o enquadramento da matéria referindo que o Ministério da Educação e Ciência apresentou em março de 2012 uma proposta de revisão que é muito diferente da matriz curricular publicitada em maio deste ano.

Em síntese, referiu 3 questões que considera muito importantes:

1. A redução da carga horária da disciplina de Educação Física – que se verifica desde logo na redução de 30 minutos por semana no ensino secundário - e a aglutinação da disciplina, no 3.º ciclo, na área de Expressões e Tecnologias, conjuntamente com Educação Visual – a quem são atribuídos 90 minutos – e TIC e Oferta de Escola, discordando do facto da distribuição do tempo global atribuído à área ser deixada à autonomia da escola. Em relação às várias alterações salientaram que não são conhecidas as justificações ou os estudos em que se baseiam;
2. A retirada da nota da disciplina de Educação Física da avaliação final do ensino secundário, salientando que essa medida gera uma desvalorização da disciplina, com grande impacto: Nessa sequência, equacionaram outras hipóteses alternativas, como sejam a de o aluno poder escolher se a nota da disciplina conta ou não para a média ou ainda serem as universidades a decidir se levam em conta a respetiva nota para acesso à universidade. A este propósito fizeram referência ao [Parecer n.º 1/2007 do Conselho Nacional de Educação](#);
3. A redução em 35 minutos por semana das horas de serviço para o desporto escolar.

Referiu depois que a população portuguesa tem uma prática desportiva diminuta e regista níveis de obesidade elevados, nomeadamente nos jovens, realçando a importância de se criarem hábitos de exercício físico. Realçou as reiteradas recomendações da Organização Mundial de Saúde, do Parlamento Europeu e da European Physical Education Association (EUPEA) e referiu que as crianças e jovens devem desenvolver 3h de atividade física por semana.

Salientou depois que os pais não estão contra a Educação Física, a CNIPE está contra a alteração e a CONFAP está parcialmente contra e referiu que muitos alunos beneficiam da notas de Educação Física.

Os restantes membros da delegação deram ainda conta de que têm recebido apoio de professores, alunos, organizações várias e professores universitários. Reiteraram também que não conhecem as razões para a nota da disciplina ter deixado de contar para a avaliação final do 12.º ano, defendendo que a Educação Física é uma área do currículo (com várias disciplinas no âmbito da educação física), que conjuntamente com Português acompanha o aluno do 1.º ao 12.º ano, integrando-se na formação geral do mesmo. Defenderam que confere uma competência fundamental para a vida ativa, permite desenvolver o trabalho em equipa, técnicas de combate à resiliência, o trabalho de cooperação, a promoção da saúde, etc.

Interveio de seguida a deputada Rita Rato (PCP) que realçou que não há suporte legal para as orientações curriculares que o Ministério da Educação e Ciência já está a transmitir às Direções Regionais, dado que ainda não foi publicado o Decreto-Lei de revisão curricular. Referiu a situação de desvalorização da disciplina e da formação integral do aluno, atenta a importância da disciplina. Perguntou qual o número total de professores de educação física, quantos são do quadro e o número dos contratados.

Informou que o PCP equaciona pedir a apreciação parlamentar do Decreto-Lei de revisão curricular, mas como já estão fechadas as hipóteses de agendamentos no Plenário até ao final de julho, prevêem que não haja apreciação da mesma.

A deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) referiu que já foram publicadas 4 versões da matriz curricular (verifiquem-se as [Matrizes Curriculares dos Ensinos Básico e Secundário](#), disponibilizadas no site da Direção Geral da Educação) e atualmente, na página 4, prevê-se que a disciplina de Educação Física tenha 3 tempos semanais. Perguntou ainda o que é que a retirada da nota da disciplina penaliza os alunos e a razão pela qual consideram que é importante que a disciplina conte para a média.

Os representantes das Associações de professores salientaram que a 4.ª versão refere que o tempo de Educação Física é indicativo e terá um mínimo. Reiteraram ainda que Educação Física e Língua Portuguesa acompanham o aluno do 1.º ao 12.º ano.

O deputado Carlos Enes (PS) referiu, em síntese, que o PS está a ponderar apresentar iniciativas sobre a revisão curricular.

O deputado Paulo Cavaleiro (PSD) realçou a importância da valorização da educação física, para criar hábitos de atividade física. Salientou que a disciplina contará para a passagem do ano, mas não para a média final e que as escolas têm autonomia para escolherem o número de horas da disciplina, mantendo o regime atual, aumentando as horas ou diminuindo-as. Referiu por último que o desporto escolar deve ser sujeito a uma revisão de fundo.

Os representantes das Associações de professores questionaram a razão pela qual se atribui autonomia à escola em relação ao número de horas da disciplina, quando não se adota o mesmo procedimento em relação a outras disciplinas. Referiram que a importância da nota da disciplina contar para a média deriva do facto de a mesma contribuir para a qualidade global de vida e para a escolarização global do aluno e a não contagem para a média gera a



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

desvalorização da disciplina. Salientaram que a avaliação é fundamental e referiram que em processos de recrutamento de pessoal se leva em conta o desenvolvimento de atividade física e de trabalho na área.

Alegaram que não se conhece a razão que levou o Ministério a implementar a não contagem da nota da disciplina de Educação Física para a avaliação global, realçando que mesmo que se considerasse que a disciplina não é importante para acesso ao ensino superior, é-o para a conclusão do ensino secundário, reiterando que a não contagem para a avaliação desvaloriza a disciplina.

A gravação áudio da reunião e o pedido de audiência, com a fundamentação da posição das 2 entidades, estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2012

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes